



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano
Gabinete do Vereador Marcos Henriques

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 2272/2024.

AUTOR: Marcos Henriques (PT)

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de João Pessoa - PB, para o Exercício Financeiro 2025.

EMENDA Nº 118/ 2024	<u>TIPO DA EMENDA: IMPOSITIVA</u>
---------------------	--

ACRÉSCIMO À PROGRAMAÇÃO

Órgão	14000 – Secretaria de Desenvolvimento Social
Unidade Orçamentária	14101 – SEDES - Ações de Governo
Classificação Funcional/programática	5137.08.008.144487– PROGRAMA DE INCLUSÃO PRODUTIVA PARA O MUNDO DO TRABALHO
Natureza da Despesa	3.3.50.43
Fonte de Recursos	1.5.00
Valor Acrescido (R\$)	40.000,00
Meta /Unidade de Medida	01 Convênio a celebrar com a Fundação Margarida Maria Alves para a execução de ações de organização produtiva e profissionalização junto à famílias em comunidades socialmente vulneráveis.

CANCELAMENTO COMPENSATÓRIO

Órgão	20.000 - Reserva de contingência para emendas parlamentares
Unidade Orçamentária	20.101 - Reserva de contingência para emendas parlamentares
Classificação Funcional/programática	99.999.9999.209998
Natureza da Despesa	9.9.99.99
Fonte de Recursos	1.5.00
Valor (R\$) da cota-parte do parlamentar (R\$ 1.576.515,74)	R\$ 40.000,00



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano
Gabinete do Vereador Marcos Henriques

**Exposição de Motivos que justifiquem a Emenda ao Projeto de Lei
Orçamentária 2272/2024.**

A Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDHMMA) é uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, regida pela legislação aplicada às fundações. Foi criada como entidade juridicamente autônoma em 8 de julho de 1994, sendo sucessora do antigo Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, criado no início da década de 70.

Em 1999, iniciou uma experiência de Capacitação Legal desenvolvendo o Curso de Formação de Juristas Populares. Em 2000, completou a transição de um serviço pastoral para uma organização da sociedade civil autônoma.

Seus eixos de atuação são: assessoria jurídica, agora voltada para os grupos acompanhados, partindo da demanda desses grupos; ação pela moradia, também voltada para os grupos acompanhados, compreendendo a moradia como um direito humano social, e a Capacitação Legal, construída agora não como um curso, mas como um programa.

A partir de então, elaborou seu projeto institucional "Instrumentos Legais para uma Ação Cidadã" em que traçava sua intervenção junto à sociedade, priorizando os grupos organizados de mulheres, moradia/solo urbano, crianças e adolescentes de comunidades empobrecidas, além de sua intervenção na proposição e fiscalização de políticas públicas.

Em 2004, aprovou-se junto a Cafod e a Cordaid o projeto "Instrumentos Legais para uma Ação Cidadã II".

Em 2007, foi aprovado o projeto de Regularização Fundiária do Jardim Laranjeiras, chamado Programa Papel Passado. O projeto teve o apoio do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal., contudo, por causa dos diversos entraves burocráticos, o projeto ficou parado até o início de 2010, quando a Fundação já tinha desistido de realizá-lo.

Ainda em 2007, **Cordaid** deixou de apoiar projetos no Brasil e a Fundação passou a contar somente com o apoio de **Cafod**, na manutenção do **Curso de Formação de Juristas Populares**, e **Misereor**, que apoia a **Rede de Juristas Populares** desde 2003.

Em 2010, seguiu com o **Curso de Juristas Populares** com o suporte da **Fundação Interamericana (IAF)**, órgão do governo americano.

Também em 2009, firmou a segunda parceria com a **BrazilFoundation**, através do projeto "**Educação para a Saúde e o Meio Ambiente**", sobre noções de saúde, Direitos Humanos, geração de renda e cidadania para a **Comunidade Unida**, que vive no entorno da **Mata do Xemxem**, em Bayeux.

Em 2010, foi instituído o **Projeto Juristas Populares Cuidando do Meio Ambiente, de Misereor**. Em 2013 iniciou as atividades do projeto **Cidade Sustentável é Cidade Legal**, co-financiado por **KZE/Alemanha**, que teve como objetivo auxiliar as

comunidades organizadas a intervir nas políticas de garantia do direito à cidade.

Desde 2015, retomou o **Curso de Formação de Juristas Populares**, dessa vez apoiado por **Misereor**, tendo sido inserida no **Banco de Boas Práticas** do **Instituto Inovare**. Em 2018 realizou seu primeiro **Curso de Advocacy** com Juristas Populares de diversas turmas.

Atualmente realiza o projeto **Conhecendo o Direito e Construindo a Cidadania**, apoiado também por Misereor.

João Pessoa, 13 de dezembro de 2024.



MARCOS HENRIQUES
Vereador - PT